

Apresentação do Dossiê

William Gaia Farias

Doutor em História, professor da Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

No decorrer da segunda metade do século XIX, as questões sobre a navegação no Rio Amazonas eram pautas frequentes nas relações internacionais sul-americanas, o que em si já demonstra a relevância desta bacia hidrográfica para abordagens sob variadas diretrizes analíticas. Desse modo, este dossiê da Revista *Navigator* surge como uma iniciativa de comemorar o sesquicentenário da criação da Flotilha do Amazonas. Esta foi organizada em 1868 como uma das ações do Império brasileiro voltadas a garantir o controle das áreas de fronteiras fluviais, lugar onde se travaram os maiores combates do conflito entre a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) e o Paraguai, historicamente denominado Guerra do Paraguai. A criação de flotilhas correspondia a iniciativa de guarnecer as áreas fluviais de modo mais eficiente e melhorar a distribuição da Força Naval e aparelhá-las com embarcações compatíveis à realidade dos rios, evitando a concentração da Força Naval no Rio de Janeiro, então sede da corte imperial brasileira. Portanto, este conflito sul-americano serviu de alerta para a necessidade de controle das fronteiras brasileiras em todas as regiões de limites predominantemente fluviais com outras nações.

Investigar a atuação da Marinha do Brasil na Amazônia significa buscar a compreensão sobre as possíveis transformações e atribuições das Forças Armadas brasileiras no geral e da Marinha, em especial. Na mesma proporção de relevância, cabe destacar a Força e os significados das navegações mercantes com diversas finalidades. Pelo mar e rios, as embarcações atuavam como elos entre as capitais amazônicas e entre estas e as comunidades ribeirinhas. Os navios, além de suas tripulações, carregavam mercadorias, passageiros, armas, munições, regulamentos, tristezas, solidariedade e esperanças. Desta forma, investigar a atuação da Marinha e os meandros da história marítima e fluvial amazônica significa embarcar em longas viagens pela história sob vários aspectos da vida social, política, econômica e cultural.

Este dossiê se apresenta como uma contribuição ao entendimento de diferentes ângulos de análises sobre a história marítima, fluvial e naval, com destaque para a cultura marítima

e experiências sociais nos rios e mares. Neste sentido, os artigos desta edição abordam a diversidade de temáticas sobre o Rio Amazonas e seus afluentes, com enfoques nas tripulações dos navios e suas experiências sociais entre rios, mares e portos; nas questões sobre a construção naval; a sinalização e navegação comercial fluvial; litígios e controles de fronteiras com os países amazônicos ou nações ribeirinhas, como por vezes denominados na época e questões de disputas pela hegemonia continental entre países sul-americanos.

O primeiro texto desta edição é intitulado “A Nau *Nossa Senhora de Belém e S. José* (1766-1805), de Luís Isidoro Gouveia, e a gênese do Arsenal Real de Belém do Pará (Brasil)”, de autoria do pesquisador Nuno Saldanha, que investiga a construção do navio destacado no título do artigo. De acordo com o autor, o “maior navio produzido no novo estaleiro de Belém”, cuja a tarefa de produção foi do construtor Luís Isidoro de Gouveia. Trata-se de uma história bastante relacionada à criação do Arsenal Real do Pará, ou seja, antes mesmo da criação da sesquicentenária Flotilha do Amazonas. Além de outras interessantes análises, o artigo apresenta novos dados documentais que contribuem com o estudo da produção naval na Amazônia da virada do século XVIII ao XIX.

“O tempo das canhoneiras: organização e atuação dos navios de guerra nos rios amazônicos” é o título do artigo de Pablo Nunes Pereira e Joana D’Arc Moreira da Silva, no qual abordam a organização dos navios de guerra na Flotilha do Amazonas, destacando suas atuações na segunda metade do século XIX e primeiras duas décadas do século XX, período classificado pelos autores como sendo o “tempo das canhoneiras”. No afã de situar os leitores nos debates encetados, o texto traz uma pequena divisão, destacando três gerações de navios incorporados à Marinha de Guerra, na região. O primeiro período é o da chegada de embarcações excedentes da Guerra do Paraguai nas décadas de 1850 e 1860. O segundo ocorreu entre as décadas de 1870 a 1890, com a incorporação de navios construídos após a guerra. O terceiro e último período foi o das canhoneiras fluviais que resultaram das discussões no âmbito dos Programas Navais de 1904 e 1906. As principais questões de modernização técnica e de emprego de pessoal do artigo estão nesta parte, onde os autores, analisando documentos como livros de bordo (também chamados de livros de quarto de serviço), tomam como exemplo a atuação da Canhoneira *Guarany* na questão do Amapá.

O artigo “Contratación de sargentos instructores de artillería de los Estados Unidos del Norte: la organización, la táctica y los intentos de profesionalizar la artillería costera rayada en la Regeneración Guzmancista (1875-1876)”, do pesquisador Germán José Guia Caripe é outra importante contribuição que analisa o fortalecimento da defesa costeira da Venezuela por meio da aquisição de artilharia raiada durante a Regeneração Guzmancista, nos anos 1875 e 1876. Destacando o desenvolvimento da tecnologia bélica a partir da Revolução Industrial, sobretudo no que trata do alcance e da capacidade de aniquilação da artilharia raiada, Germán Caripe também analisa as mudanças na profissionalização da artilharia demonstrando a relação entre esta e as transformações industriais aceleradas daquele final do Oitocentos. Neste sentido, o texto demonstra que até mesmo alguns veteranos da Guerra Civil Americana que atuaram como instrutores artilheiros foram contratados para prestar serviços na Venezuela. Não obstante, o autor aponta para as dificuldades de relação da comissão norte-americana de instrutores táticos de artilharia, sobretudo no que se refere aos problemas de adaptação e insubordinação com a oficialidade supervisora venezuelana.

O artigo “A política faroleira no alvorecer da República no Pará: o Farol de Macapá (1889-1907)”, que resulta da pesquisa de William Gaia Farias e Gabriel Napoleão Veloso Neto, versa sobre o processo de edificação de faróis e a política faroleira estabelecida durante a expansão do tráfego marítimo no alvorecer da República no Brasil, principalmente durante a vigência da carta marítima de 1893 a 1907. A pesquisa identificou o processo de instalação das torres no território litorâneo, a introdução de objetos modernos com seus reflexos na política faroleira no Estado do Pará e questões sobre avaliações e aumento da balança comercial da área em estudo, principalmente sobre a borracha e seu escoamento. O trabalho enfatiza a instalação de um farol na cidade de Macapá e procura compreender a necessi-

dade do objeto para o movimento de navegação na área do Cabo Norte, principalmente no entendimento das questões de comércio e segurança na Amazônia na última década do século XIX e a primeira do XX.

Para encerrar este dossiê, temos o artigo "Análise das tensões nas fronteiras da Amazônia observadas através dos documentos do Exército Brasileiro produzidos na primeira metade do século XX", escrito por Fernando da Silva Rodrigues, que trata das tensões nas fronteiras amazônicas na primeira metade do século XX e que tem como propósito identificar as construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças e a posição institucional nos documentos produzidos pelo Exército Brasileiro sobre os conflitos ocorridos na América do Sul, nos anos 1930. A pesquisa não se furtou da análise a respeito das disputas políticas e da demonstração de força bélica entre Brasil e Argentina na conjuntura destacada. O texto de Rodrigues traz grandes contribuições aos estudos sobre militares, fronteiras e questões de hegemonia sul-americana no período entre as duas grandes guerras mundiais.

Portanto, é nos rastros das pesquisas consubstanciadas nos artigos acima apresentados que oferecemos ao público algumas interpretações sobre histórias marítimas e fluviais e seus meandros permeados de questões de poder, culturas, trocas de saberes, relações e experiências sociais que certamente demonstram possibilidades de análises e de alcance da história militar. Boa leitura!

